



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large blue scribble and the letters 'me'.

Associação Porto Digital

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1 Enquadramento

A Associação Porto Digital (APD) foi constituída em novembro 2004 pela Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto, a Metro do Porto e a Associação Empresarial de Portugal com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da cidade. A APD apresentou em janeiro 2005 o projeto Porto Digital, a candidatura da Cidade do Porto à Medida 8.1 "Cidades e Regiões Digitais – A Sociedade do Conhecimento ao Serviço do Território" do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento.

Entre 2005 e 2008 com o cofinanciamento deste projeto FEDER, a APD criou e opera desde então uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica (investimento superior a 3 M€) que interliga um conjunto de entidades públicas e privadas da cidade do Porto. O princípio orientador que esteve na base da candidatura foi contribuir para a evolução para uma sociedade da Informação e do Conhecimento e desenvolver esforços para que essa sociedade pudesse estar ao alcance de todos. Para atingir esse objetivo encetou-se um conjunto de iniciativas interligadas, sendo que a vertente relativa à Tecnologia incluiu a infraestrutura de comunicação de dados de banda larga, amplamente disponível na cidade do Porto, que permite que as entidades ligadas a esta rede tenham acesso a serviços de telecomunicações em condições economicamente vantajosas.

A Associação Empresarial de Portugal solicitou em março de 2015 a sua exclusão como associado, tendo a sua quota sido redistribuída pelos restantes associados.

2 Acções 2015

Descrevem-se de seguida as principais acções levadas a cabo durante o ano de 2015.

2.1 Rede de dados

- Adjudicação do concurso público da CMP para serviços de telecomunicações de 79 edifícios.
 - Construção de 10 novos ramais de acesso, incluindo projecto de construção civil, processo de licenciamento, projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Instalação e configuração de novos CPEs (56 *switches*);
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos 70 serviços associados;
- Disponibilização de solução de conectividade para os novos pontos da rede veicular implementada pela Veniam/FutureCities (Combatentes, Fernandes Tomás, Bolhão, Galiza, Campanhã, Hospital Santo António, IPO, Campo Alegre, Rotunda da Boavista, Palácio de Cristal);
 - Apoio no desenho da solução de mobilidade e alojamento dos respectivos equipamentos de comutação (3 *routers*);
 - Construção de 10 novos ramais de acesso, incluindo projecto de construção civil, processo de licenciamento, projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem.
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
 - Total de 50 RSUs ligados à rede metropolitana;
- Reconfiguração da estrutura de ligação à Internet
 - Na sequência da insolvência do até então fornecedor de acesso à internet da APD (e aos seus clientes), a APD tornou-se um *Local Internet Registry* e um *Autonomous System* da Internet, o que significa na prática que passou a ter presença como uma entidade independente que faz parte da Internet e que, por conseguinte, passou a dispor de endereços próprios;
 - Fez-se em 2015 a migração da IPTelecom como fornecedor de acesso à internet para utilização por parte quer da APD quer dos seus clientes. A nova ligação tem uma largura de banda de 500 mbit/s com redundância física (acesso via dois dos pólos da rede).
 - A transição para a IPTelecom implicou reconfiguração em todos os serviços activos e, por até então não se dispor de endereços próprios, implicou o apoio a cada um dos clientes internet da APD (27) e de toda a solução de datacenter da APD (44 servidores) a fazer a renumeração do seu endereçamento IP. Para minimizar o impacto da operação, cada uma destas operações e o respectivo apoio prestado foi feito fora de horas. A nova metodologia garante porém que numa futura alteração do fornecedor de acesso à internet da APD não haverá necessidade de alteração dos endereços dos clientes.
 - O novo estatuto de Autonomous System da APD motivou também a criação, por parte da FCCN, do nó de comutação IP do Porto (GigaPix Porto), de que a APD foi, em conjunto com o INESC TEC, um membro pioneiro.
 - Em 2015 transferiram-se de e para a internet um total de 320 PetaBytes, o que corresponde a um débito médio anual de 81 megabit/s.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Criação de uma nova interface com o operador de telecomunicações ONI, baseada em duas ligações em pólos distintos, o que implicou:
 - Projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem nos dois pólos;
 - Reconfiguração da infraestrutura de routing;
- Ligação de 10 novos sites (para além dos atrás mencionados) à rede metropolitana: UFCHP Rua Oliveira Monteiro, Silo-auto, Uporto (CIIMAR), UPTEC (Pólo do mar), Espaço Cidadão UFAFN, INESCTEC, o que incluiu:
 - Construção de novos ramais de acesso, incluindo projecto de construção civil, processo de licenciamento, projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Reconfiguração da rede metropolitana para a criação de novos serviços (para além dos atrás mencionados) de entidades já ligadas (AdDP, Europarque, Domus Social, NexTV)

2.2 RFOverlay

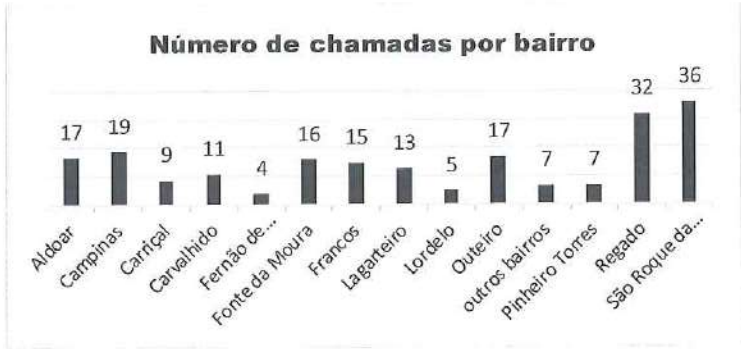
- Ligação de blocos requalificados, o que inclui projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem e do equipamento activo nos bairros de Aldoar (4 entradas), Fonte da Moura (21 entradas) e Lagarteiro (7)
- Activação do *headend* redundante, com switchover automático (possibilidade de fornecer serviço de TV aos bairros a partir de equipamentos localizados em dois pontos de presença distintos)
- Disponibilização de canais adicionais no bairro de São Roque da Lameira (protocolo STV, desenho e implementação da solução técnica)
- Estudo de solução com vista à adaptação da infraestrutura passiva atualmente instalada para que a mesma seja capaz de suportar simultaneamente os serviços de outros operadores de telecomunicações.

Foram atendidas 208 chamadas telefónicas, foram realizadas 75 deslocações aos bairros e foram efetuadas 108 activações de serviço.

Apresenta-se de seguida um conjunto de gráficos que caracterizam os pedidos de apoio realizados por telefone, bem como as intervenções que presencialmente foram realizadas.



Handwritten notes and signatures:
 A signature at the top left.
 An arrow pointing to the right.
 The text "FME" written vertically.
 Another signature below "FME".





Paralelamente a esta atividade de suporte, entre 25 de Setembro de 2015 e 8 de Outubro de 2015 procedeu-se à ativação do serviço de difusão de TV (77 canais digitais e 36 canais analógicos) no bairro de São Roque da Lameira. Nesse período de 2 semanas para além de se ativar o serviço propriamente dito, uma equipa da APD complementada com apoio do ISMAI visitou todas as habitações do bairro supracitado, no sentido de se proceder à sintonização do serviço em cerca de 800 televisões.

2.3 Wi-Fi

Face à limitação do número de access points que cada uma das duas controladoras suporta (100 access points) e dada a necessidade de se criarem hotspots adicionais, procedeu-se à reconfiguração da infraestrutura. Em concreto, abdicou-se da redundância que cada uma das controladoras oferecia à outra e passou-se a ter capacidade para 200 access points.

Em 2015 criaram-se 6 novos hotspots, a que correspondem 26 access points, a saber: Porto Lazer, Domus Social, Europarque, Mercado da Foz, APDL, CCBombarda.

Iniciou-se em 2015 uma parceria com a Go-WiFi que visava a expansão da rede pública e gratuita da cidade, não só em termos de extensão como também de capacidade, dado o estado de desactualização do equipamento da APD. O projecto piloto de criação de novos hotspots envolveu a realização de site surveys e a instalação de 9 access points nos seguinte locais: Reitoria, Carmelitas, Rua das Flores, Cais da Ribeira e Edifício Transparente.

2.4 Projectos

- Apoio à CMP-DMGVP na criação de uma infraestrutura de comunicações de suporte à sinalização luminosa automática de trânsito, vídeo e controlo de acessos.
 - Parque existente (parque da cidade, sala de controlo, CCTV, etc.)
 - Projecto de reformulação da solução de controlo de acessos existente
 - Ligação de 6 novos pontos da DMGVP, o que incluiu a realização de projectos ópticos, acompanhamento da instalação da cablagem e reconfiguração da rede metropolitana.
 - Apoio no estudo da solução futura para os sistemas da DMGVP, bem como acompanhamento dos pilotos realizados em 2015.
- Apoio à ADP no projecto Intersector Douro, nomeadamente na sua componente de telecomunicações.
 - Apoio na realização do caderno de encargos
 - Realização do projecto de telecomunicações para a ligação de 18 sites

- Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados
- Como mais valia a APD passou a poder utilizar uma extensão de 9km de 48 fibras ópticas entre os pólos C e E
- Projecto Future Cities
 - Apoio no estudo de localizações possíveis para os sensores ambientais
 - Realização de surveys para instalação de equipamento
 - Apoio na configuração dos equipamentos
- Projecto Videosensing
 - Ligação da PSP Comando
 - Gestão do processo de instalação de câmaras na zona histórica do Porto
 - Apoio à IBM na instalação dos servidores na PSP
- Pelouro do Ambiente
 - Estudo solução de cobertura integral wifi no parque da cidade
 - Survey aos vários sites candidatos à instalação do sistema de rega por satélite
- Projecto Smart Metering
 - Ligação em fibra do equipamento na Rua Damião de Góis
 - Apoio à equipa da ADP no desenho da solução de comunicações

2.5 Eventos

Prestou-se em 2015 o apoio na realização dos eventos seguintes, que implicaram o apoio às equipas técnicas respectivas, bem como a disponibilização de largura de banda no acesso à internet, nomeadamente:

- Primavera Sound 2015
 - Projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Queima das Fitas
 - Projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Feira do Livro
 - Projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Projecto de cablagem estruturada e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Configuração de equipamentos wireless e de switches;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Mosta UPorto
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- FIH2O
 - Projecto de cablagem estruturada e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Configuração de equipamentos wireless e de switches;

- Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Terena TNC15
 - Projectos ópticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Cidade Mais
 - Configuração de equipamentos wireless;
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Feira do Empreendedor
 - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Locomotiva
 - Apoio não foi concretizado mas envolveu estudo, consultadoria e contacto com IPTelecom

2.6 Avarias

Durante a operação das infraestruturas atrás descritas, verificam-se inúmeras ocorrências que de uma forma ou de outra degradam ou inibem os serviços prestados, sejam eles de conectividade, de televisão, de acesso à internet, etc. Os sistemas de monitorização da APD foram configurados para captar estes eventos e imediatamente os reportar (por e-mail) à equipa de operação das infraestruturas, na tentativa de identificar os possíveis problemas tão cedo quanto possível e permitir uma rápida actuação. É de realçar que em 2015 não existia qualquer contrato de manutenção, seja ele da infraestrutura passiva (cablagem e equipamentos associados), quer da infraestrutura activa (equipamento de comutação).

A tabela seguinte resume os eventos recebidos durante o ano de 2015. Para simplificação, apenas se apresenta o número de eventos que dizem respeito a falhas, omitindo-se aqueles que dizem respeito às reposições do serviço, elas próprias também notificadas por e-mail.

| Infraestrutura afectada | Nº de eventos |
|-------------------------|---------------|
| EB1 | 555 |
| MPLS | 816 |
| Switches externos | 373 |
| RSU | 1066 |
| Wifi | 9067 |
| Rfoverlay | 239 |

Tabela 1 - Alertas recebidos

É importante referir que uma vez que os sistemas de monitorização se encontram instalados na infraestrutura da APD, os mesmos não conseguem distinguir as falhas ocorridas nas instalações dos clientes daquelas que são problema da própria infraestrutura. Usando como exemplo as escolas básicas, em cada uma das quais existe um *switch* da APD, imagine-se que é recebida uma notificação de que o respectivo *switch* está indisponível. Nesta situação é impossível para o sistema de monitorização distinguir se se trata de uma quebra de fibra óptica motivada por uma obra na via pública ou de uma simples falha de energia eléctrica na própria escola, pelo que neste caso a equipa tem que realizar uma investigação adicional.

Assim, a grande maioria dos eventos listados na tabela anterior dizem respeito a situações reais de indisponibilidade ou degradação de serviço, mas que não representam falhas da

responsabilidade da APD. Aconteceram contudo em 2015 algumas ocorrências que afectaram um número significativo de utilizadores e que se resume na tabela seguinte.

| Tipo de ocorrência | Nº de ocorrências |
|--|-------------------|
| Falha de energia em pontos de presença | 5 |
| Quebras de fibra óptica (rede metropolitana) | 9 |
| Quebras de fibra óptica (rede de difusão de TV) | 10 |
| Falha do fornecedor de acesso à internet | 5 |
| Avaria em equipamento activo (rede metropolitana) | 2 |
| Avaria em equipamento activo remoto | 3 |
| Avaria em equipamento activo (rede de difusão de TV) | 9 |
| Avaria em equipamento activo (Wi-Fi) | 15 |

Tabela 2 – Ocorrências

2.7 Outros

Listam-se de seguida outras acções também realizadas em 2015, mas que não se enquadram em nenhuma das secções anteriores:

- Adopção da plataforma QGIS para sistema de informação geográfica e migração para a mesma de todos os elementos cadastrais (telas finais em Autocad)
- Participação num grupo de trabalho constituído pela GOP relativo à Gestão de Ocupação do Subsolo

2.8 Processo de regularização de litígios legais

2.8.1 Enquadramento

Em finais de 2008, com a conclusão do projeto Porto Digital, a APD lançou um concurso para seleccionar um parceiro privado para expandir e explorar a rede de banda larga da APD no formato de operador neutro de telecomunicações, tendo direito ao controlo de gestão e a 90% dos lucros ao longo de um período de 12 anos. O concurso foi ganho pelo Grupo DST que se comprometeu com um investimento de cerca de 81 milhões de euros, ao longo de um período de 5 anos, para cobrir 99% do edificado da cidade do Porto. Neste contexto em fevereiro 2009, no âmbito desta parceria Público-Privada Institucional (PPP), foi criada a sociedade Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA (PDONT) da qual a APD detinha 51% mas cujo controlo de gestão pertencia ao Grupo DST.

Tendo a APD identificado falhas na execução do projeto de acordo com o acordo inicial a APD avançou com um processo de multa por incumprimento contratual e seguidamente rescindiu o contrato da PPP. O Grupo DST reagiu colocando diversos processos em tribunal contra a APD para ser ressarcido do investimento efetuado, culminando esses processos num pedido de indemnização colocado no Tribunal Arbitral do Porto em dezembro 2011 em que o Grupo DST solicitava uma indemnização de 18,72 milhões de euros. Em maio 2014 o Tribunal Arbitral atribuiu ao Grupo DST uma indemnização de 3,1 milhões de euros relativos à avaliação efectuada pelo Tribunal do valor da obra realizada pelo Grupo DST. Na sequência dessa decisão do Tribunal Arbitral o Grupo DST em agosto 2014 penhorou a APD, colocando-a numa situação económico-financeira muito difícil. A APD contestou esta decisão, mas vendo a sua situação económico-financeira agravar-se de dia para dia, em fevereiro 2015 a APD submeteu ao Tribunal de Vila Nova de Gaia um pedido para entrar num Processo Especial de Revitalização (PER), em 3 de março 2015 o Tribunal nomeou o administrador judicial provisório e deu-se início ao PER. Em 10 de Março 2015 o Tribunal Judicial da Comarca do Porto considerou a penhora ilegal por ter sido efectuada em período de férias judiciais, e ordenou o levantamento da penhora, dando assim

razão à contestação que a APD em setembro 2014 tinha feito à penhora. A APD em 9 de junho 2015 deu por encerrado o PER, acordando pagar 100% das verbas em dívida a todos os seus credores.

2.8.2 Acordo com grupo DST

Em 9 de junho 2015 a APD concluiu o acordo extrajudicial com o Grupo DST para reduzir o valor de 4,1 milhões de euros referente à indemnização atribuída pelo tribunal, acrescida de juros contados desde dezembro 2011, para o valor de 1,95 milhões de euros.

Nessa mesma data de 9 de junho 2015 os associados da APD acordaram entre si na criação de uma quota suplementar de capital que permitisse à APD pagar esta dívida, em nome da PDONT, ao Grupo DST.

Em 26 de junho 2015 o Município do Porto submeteu ao Tribunal de Contas o pedido de fiscalização prévia da quota suplementar de capital a colocar na APD. O Tribunal de Contas, após ter colocado três pedidos de esclarecimento e recebido as respetivas respostas, em 16 de dezembro 2015 deu o seu visto tácito. Em 23 de dezembro o Município do Porto transferiu a verba para a APD e a APD pagou ao Grupo DST em 30 de dezembro 2015.

2.8.3 Acordo com PDONT

Em dezembro de 2015, foi celebrado um acordo celebrado entre a PDONT e a APD, tendo por objeto a alienação a esta última da Rede que era titulada pela primeira, pelo valor de 150.000,00 € acrescido do valor do IVA.

3 Outras informações relevantes

3.1 Desenvolvimento de outros projetos

Devido à situação económico-financeira que a APD enfrentou ao longo de 2015 os restantes projetos que a APD tinha em curso foram mantidos em stand-by.

3.2 Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

Quer à data de 31 de dezembro 2015, quer à data de emissão deste relatório, não existem dívidas às finanças ou à segurança social.

4 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração tendo em conta a situação económica e financeira da sociedade e nos termos da lei propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 2.256.088,27 €, tenha a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados o montante de 2.256.088,27 € (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitenta e oito euros e vinte e sete cêntimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

5 Órgãos Sociais da Associação Porto Digital

A composição do Conselho de Administração foi alterada por deliberação da Assembleia Geral de 27 de janeiro de 2016, passando a integrar um administrador executivo remunerado e três administradores não executivos, não remunerados.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Sebastião Feyo de Azevedo

1º Secretário: Fernando Paulo Ribeiro de Sousa

2º Secretário: Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

Conselho de Administração

Presidente: Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

Administrador executivo: Paulo Filipe Gonçalves Calçada

Vogal: Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes

Vogal: José Manuel Martins Ferreira

Vogal: Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

Conselho Fiscal

Presidente: Rui Manuel Pinto Couto Viana

Vogal: Ricardo António Beato de Carvalho

Vogal:

Revisor Oficial de Contas Efetivo: Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisor Oficial de Contas Suplente: António Magalhães & Carlos Santos, Soc Revisores
Oficiais de Contas - SROC 53 - representada por António Monteiro de Magalhães

Moeda: EUR
Contribuinte: 506838730

balanço

| rubricas | notas | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-------|---------------|--------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 7 | 870 273,43 | 2 942 941,98 |
| Ativos intangíveis | 6 | 778,23 | 2 356,19 |
| subtotal | | 871 051,66 | 2 945 298,17 |
| Ativo corrente | | | |
| Clientes | 14 | 66 523,29 | 143 187,37 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 34 500,00 | 0,00 |
| Outras contas a receber | 14 | 45 785,75 | 186 363,14 |
| Diferimentos | 14 | 407,48 | 3 414,12 |
| Caixa e depósitos bancários | 4/14 | 28 696,24 | 72 118,42 |
| subtotal | | 175 912,76 | 405 083,05 |
| total do ativo | | 1 046 964,42 | 3 350 381,22 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Fundo realizado | 14 | 2 010 000,00 | 60 000,00 |
| Outras reservas | 14 | 15 696,27 | 15 696,27 |
| Resultados transitados | 14 | 303 715,91 | 237 459,60 |
| Outras variações do capital próprio | 11 | 44 029,54 | 262 994,91 |
| subtotal | | 2 373 441,72 | 576 150,78 |
| Resultado líquido do exercício | | -2 256 088,27 | 66 256,31 |
| total do capital próprio | | 117 353,45 | 642 407,09 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| subtotal | | 0,00 | 0,00 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 14 | 151 333,97 | 93 053,30 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 83 253,02 | 63 348,51 |
| Financiamentos obtidos | 14 | 222 767,00 | 386 879,00 |
| Outras contas a pagar | 14 | 472 256,98 | 2 162 413,73 |
| Diferimentos | 14 | 0,00 | 2 279,59 |
| subtotal | | 929 610,97 | 2 707 974,13 |
| total do passivo | | 929 610,97 | 2 707 974,13 |
| total do capital próprio e do passivo | | 1 046 964,42 | 3 350 381,22 |

A Administração

O Contabilista Certificado







Moeda: EUR
Contribuinte: 506838730

demonstração de resultados por naturezas

| rendimentos e gastos | notas | 2015 | 2014 |
|---|-------|----------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | 10 | 315 002,43 | 508 716,51 |
| Subsídios à exploração | | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | 0,00 | 0,00 |
| Variação de inventários na produção | | 0,00 | 0,00 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 0,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecimentos e serviços externos | 16 | -335 585,02 | -268 887,95 |
| Gastos com pessoal | 15 | -243 222,26 | -330 792,49 |
| Imparidades de inventários (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões) | 9 | -1 950 000,00 | 0,00 |
| Aumentos / Reduções de justo valor | | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos | 11 | 328 910,63 | 525 615,74 |
| Outros gastos | | -24 769,36 | -17 213,15 |
| resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -1 909 673,58 | 417 438,66 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 6/7 | -318 915,03 | -320 516,92 |
| Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -2 228 588,61 | 96 921,74 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e gastos similares suportados | 14 | -27 499,66 | -30 665,43 |
| resultado antes de impostos | | -2 256 088,27 | 66 256,31 |
| Impostos sobre o rendimento do período | | 0,00 | 0,00 |
| resultado líquido do período | | -2 256 088,27 | 66 256,31 |

A Administração

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

demonstração das alterações no fundo patrimonial no período 2014

Moeda: EUR
Contribuinte: 50838730

| descrição | notas | fundo realizado | ações (quotas) próprias | prestações suplementares e outros instrumentos de fundo | premiós de emissão | reserva legal | outros reservas | resultados transferidos | resultados em acções financeiras | excedentes de revalorização | outros variações no fundo patrimonial | resultado líquido do período | Total | interesses minoritários | Total do fundo patrimonial |
|--|-------|-----------------|-------------------------|---|--------------------|---------------|-----------------|-------------------------|----------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|------------------------------|------------|-------------------------|----------------------------|
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 | | 60 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 696,27 | 571 666,27 | 571 666,31 | 0,00 | 483 298,94 | -831 790,97 | 298 861,55 | 0,00 | 298 861,55 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | | | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -334 196,71 | -334 196,71 | 0,00 | -220 305,03 | 831 790,97 | 277 289,23 | 0,00 | 277 289,23 |
| RESULTADO EXTENSIVO | | | | | | | | | | | | 66 256,31 | 66 256,31 | | 66 256,31 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | 898 047,28 | 343 545,54 | 0,00 | 343 545,54 |
| Realizações de capital | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | | | |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 | | 60 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 696,27 | 237 459,60 | 237 459,60 | 0,00 | 262 994,91 | 66 256,31 | 642 407,09 | 0,00 | 642 407,09 |

A Administração

[Handwritten signatures]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

demonstração das alterações no fundo patrimonial no período 2015

Moeda: EUR
Conta: 509833730

| Posição no início do período 2015 | Fundo patrimonial abrangido nos demonstrativos anuais da empresa | | | | | | | | | | | | | Total | interesses minoritários | Total do fundo patrimonial |
|---|--|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|---------------|-------------------------|----------------------------|
| | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | ativos não financeiros | ativos financeiros | | | |
| 6 | 60 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 696,27 | 237 459,60 | 0,00 | 0,00 | 262 994,97 | 66 256,31 | 642 407,09 | 0,00 | 642 407,09 | | |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66 256,31 | 0,00 | 0,00 | -218 966,37 | -66 256,31 | -218 966,37 | 0,00 | -218 966,37 | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -2 256 089,27 | -2 322 344,58 | -2 475 053,64 | -2 256 089,27 | -2 256 089,27 | -2 256 089,27 | 0,00 | -2 256 089,27 | | |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 1 950 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 44 028,54 | -2 256 088,27 | 1 950 000,00 | 0,00 | 1 950 000,00 | | |
| POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6+7+8+10 | 2 010 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 696,27 | 303 715,91 | 0,00 | 0,00 | 44 028,54 | -2 256 088,27 | 1 17 353,45 | 0,00 | 1 17 353,45 | | |

A Administração

O Contabilista Certificado

Paulo Gabriel
Miguel Almeida Ribeiro Costa

Moeda: Euros
Contribuinte: 506838730

demonstração de fluxos de caixa (método directo)

| rubricas | notas | 2015 | 2014 |
|--|-------|----------------------|-------------------|
| Fluxos de caixa de actividades operacionais | | | |
| Recebimentos de Clientes | | 587 602,95 | 401 421,97 |
| Pagamentos a Fornecedores | | -308 443,58 | -249 889,79 |
| Pagamentos ao Pessoal | | -78 505,06 | -202 122,38 |
| Caixa geradas pelas operações | | 200 654,31 | -50 390,20 |
| Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional | | -3 366,13 | 234 293,65 |
| fluxos das actividades operacionais (1) | | 197 288,18 | 183 903,45 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Activos Intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Activos | | 0,00 | 0,00 |
| Subsídios ao investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 0,00 | 0,00 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | -49 098,70 | -81 809,07 |
| Activos Intangíveis | | 0,00 | -740,15 |
| Investimentos financeiros | | -1 950 000,00 | 0,00 |
| Outros Activos | | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | | -1 999 098,70 | -82 549,22 |
| fluxos das actividades de investimento (2) | | -1 999 098,70 | -82 549,22 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 1 950 000,00 | 0,00 |
| Cobertura de prejuizos | | 0,00 | 0,00 |
| Doações | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | | 1 950 000,00 | 0,00 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | -164 112,00 | -35 564,04 |
| Juros e gastos similares | | -27 499,66 | -8 603,20 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | | -191 611,66 | -44 167,24 |
| fluxos de actividades de financiamento (3) | | 1 758 388,34 | -44 167,24 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3) | | -43 422,18 | 57 186,99 |
| Efeitos das diferenças de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 72 118,42 | 14 931,43 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 4 | 28 696,24 | 72 118,42 |

A Administração

O Contabilista Certificado






ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Associação Porto Digital

Sede

Rua das Flores, 152, no Porto

NIPC

506838730

Natureza da atividade

A Associação Porto Digital (abreviadamente designada por APD ou Associação) foi constituída em 22 de novembro de 2004, com o objetivo de "promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos."

O Projeto Porto Digital 001/8.1/C/NOR foi o primeiro projeto coordenado e parcialmente executado pela APD (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foram consideradas elegíveis). Esteve em execução de 2005 a 2009, englobando seis categorias de subprojetos:

- INF - Subprojetos de Infraestrutura - para fornecimento dos serviços básicos do Porto Digital. Incluiu a criação de uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica e a criação de um data center.
- DIN - Subprojetos de Dinamização - incluiu a produção e disponibilização de conteúdos didáticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Subprojeto de Acessibilidades - colocou em locais emblemáticos da cidade do Porto pontos de acesso gratuito à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Subprojectos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a desmaterialização de processos, e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Subprojetos sectoriais - que representaram uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia, do imobiliário e da cultura. Pretendeu-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de ações de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atração do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO Subprojeto de Acompanhamento e Gestão - que permitiu coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objetivos propostos fossem atingidos.

Nota Introdutória

A Associação Porto Digital numa parceria com algumas empresas do Grupo dst constituiu em março de 2009 a Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, S.A. (abreviadamente designada por PDONT), com o objetivo de desenvolver atividades de expansão, manutenção e exploração da rede de suporte de telecomunicações em banda larga da cidade do Porto, que integra a infraestrutura já implementada pela Associação Porto Digital, bem como aquela a ser instalada pela própria sociedade. A APD ficou a deter 51 % do capital social da PDONT, os restantes 49% foram subscritos por várias empresas do Grupo dst, em especial pela dstelecom.

A Associação exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada PDONT, do qual resultaram rendimentos contingentes a favor da Associação no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT interpôs uma ação administrativa especial para anular a sanção contratual.

Para além disso, em face da manifesta incapacidade da PDONT para fazer face aos seus compromissos contratuais, a Associação decide, em 2011, reassumir a tarefa de exploração da rede de suporte de telecomunicações em banda larga da cidade do Porto nela se incluindo a totalidade das infraestruturas e equipamentos afetos à exploração. A PDONT intenta uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, pois no seu entendimento parte da rede por ela executada, cerca de 38 km ainda lhe pertencem.

Em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecida uma provisão para processos judiciais em curso, no valor estimado de 3.093.674,63 € e dos respetivos juros de mora no montante de 497.594,26 €, decorrente da ação colocada no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto pelo Grupo dst em 30 de dezembro de 2011 contra a Associação.

Uma vez que não foi possível efetuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho de outros processos e, nos termos da NCRF n.º 21, a Associação não reconheceu qualquer outra provisão para o efeito.

A seguir identificam-se todos os processos colocados contra a APD:

- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objetivo evitar o pagamento da sanção contratual de 4.272.624,96 euros;
- Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da Associação em 29 de março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);
- Ação colocada pelo Grupo dst contra o Conselho de Administração da Associação em 10 de maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);
- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da Associação em 25 de maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;
- Ação colocada pelo Grupo dst em 30 de dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objetivo responsabilizar a Associação pelo falhanço do projeto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos (sentença de 3.093.674,63 € a favor do Grupo dst);
- Ação colocada em 2012 pelo Grupo dst contra o diretor geral da Associação por "ofensa a pessoa coletiva", processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto (sentença a favor do diretor geral da APD).

Acordos extrajudiciais

A Associação Porto Digital e a DST, S.A. colocaram termo aos litígios através da celebração de um acordo extrajudicial assinado a 9 de junho de 2015, no âmbito do qual a APD se obriga a proceder ao pagamento à DST, S.A. da quantia de 1.925.500 € e a adquirir as participações sociais detidas pelas sociedades do Grupo dst na PDONT pelo valor nominal de 24.500 €.

Em caso de não pagamento pela Associação, ficava a DST, S.A. constituída no direito a receber o valor integral resultante da condenação pelo Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto de 3.093.674,63 € acrescida de juros de mora através de novo processo de execução.

Em consequência do acordado e ainda no exercício de 2014 procedeu-se ao desreconhecimento na contabilidade da Associação dos juros de mora vencidos desde a citação e das despesas com a penhora no montante total de 869.441,24 €.

Em dezembro de 2015, a PDONT e a APD chegam também a um acordo extrajudicial, pondo termo às ações judiciais, mediante a realização de uma auditoria conjunta, e os 38 km de rede pertença da PDONT foram adquiridos pela Associação pelo valor de 150.000,00 euros, a pagar no prazo máximo de dezoito meses contados da data de assinatura do acordo.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Todos os valores apresentados estão expressos em euros

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, por opção, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas Contabilística e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com o período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| ativos fixos tangíveis | anos | taxa de amortização |
|--|------|---------------------|
| Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas | 10 | 10% |
| Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som | 5 | 20% |
| Computadores | 3 | 33% |
| Aparelhos telemóveis | 5 | 20% |
| Mobiliário | 8 | 13% |

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

3.4 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que incorreram.

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica

de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.6 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A única participação financeira está registada ao custo de aquisição deduzido de imparidades.

3.7 RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

3.8 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

3.9 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.

3.11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a



eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.14 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Aquando da preparação das demonstrações financeiras, a Administração avaliou a capacidade da entidade em prosseguir como uma entidade em continuidade com vista à tomada das medidas adequadas à situação em conformidade com as normas de relato financeiro aplicáveis. A Administração considerou que neste momento existe uma perspetiva de continuidade.

4. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

| quantia escriturada e movimentos do período | saldo inicial | débito | crédito | saldo final |
|---|------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| Caixa | 0,34 | 540,00 | 499,91 | 40,43 |
| Depósitos à ordem | 72.118,08 | 2.683.868,24 | 2.727.330,51 | 28.655,81 |
| Total de caixa e depósitos bancários | 72.118,42 | 2.684.408,24 | 2.727.830,42 | 28.696,24 |

Os meios bancários encontram-se cativos pela entidade bancária - cf. Nota 14.7.

5. Partes relacionadas

5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A composição do Conselho de Administração foi alterada por deliberação da Assembleia Geral de 27 de janeiro de 2016, passando a integrar um administrador executivo remunerado e três administradores não executivos, não



remunerados.

Até dezembro de 2015, a Administração não era remunerada. Contudo consideramos importante informar as remunerações auferidas pelo pessoal chave da gestão (diretor geral), no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

| remunerações pessoal chave da gestão | 2015 |
|---|------------------|
| Vencimento, Subsídio de férias e de Natal | 48.160,00 |
| Total | 48.160,00 |

5.2 Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2015, a Associação adquiriu à DST, no âmbito do acordo extrajudicial mencionado na Nota Introdutória, 49% do capital social da PDONT, SA. Assim, em 31 de dezembro de 2015, a Associação detinha as seguintes participações em Entidades subsidiárias:

| entidades subsidiárias | sede | % participação 2015 | % participação 2014 |
|------------------------|-------|------------------------|------------------------|
| PDONT, SA | Porto | 100,00% | 51,00% |

Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

| empresas | 2015 | | | | |
|------------------------------------|------------------|---------------------|--------------------|-----------------------------|---------------------|
| | quotas | quota capital | serviços prestados | ativo fixo tangível compras | empréstimos |
| PDONT, SA | - | - | - | - | 1 925 500,00 |
| Município do Porto | 30 000,00 | 1 950 000,00 | 46 036,86 | 184 500,00 | - |
| Universidade do Porto | 30 000,00 | - | 67 547,49 | - | - |
| Metro do Porto | 10 000,00 | - | - | - | - |
| Total | 70 000,00 | 1 950 000,00 | 113 584,35 | 184 500,00 | 1 925 500,00 |
| empresas | 2014 | | | | |
| | quotas | quota capital | serviços prestados | ativo fixo tangível compras | empréstimos |
| PDONT, SA | - | - | - | 1 925 000,00 | - |
| Município do Porto | 10 000,00 | - | 126 335,56 | - | - |
| Universidade do Porto | 10 000,00 | - | 13 509,50 | - | - |
| Metro do Porto | 10 000,00 | - | - | - | - |
| Associação Empresarial de Portugal | - | - | - | - | - |
| Total | 30 000,00 | 0,00 | 139 845,06 | 1 925 000,00 | 0,00 |

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 com partes relacionadas são os seguintes:

| empresas | 2015 | | | |
|-----------------------|------------------------|-------------------|------------------|---------------------|
| | empréstimos concedidos | contas a pagar | contas a receber | quota capital |
| PDONT, SA | 1 925 500,00 | 184 500,00 | - | - |
| Município do Porto | - | - | - | 1 970 000,00 |
| Universidade do Porto | - | - | - | 20 000,00 |
| Metro do Porto | - | - | - | 20 000,00 |
| Total | 1 925 500,00 | 184 500,00 | 0,00 | 2 010 000,00 |

| empresas | 2014 | | | |
|------------------------------------|------------------------|----------------|---------------------|------------------|
| | empréstimos concedidos | contas a pagar | contas a receber | quota capital |
| PDONT, SA | - | - | 4 355 582,56 | - |
| Município do Porto | - | - | 22 585,06 | 15 000,00 |
| Universidade do Porto | - | - | - | 15 000,00 |
| Metro do Porto | - | - | - | 15 000,00 |
| Associação Empresarial de Portugal | - | - | - | 15 000,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 4 378 167,62 | 60 000,00 |



Foi solicitado um parecer jurídico sobre o impacto fiscal das operações efetuadas em 2015, tendo resultado que o valor de 1.925.500 euros registado, em 2014, de acordo com o parecer do então Conselho Fiscal da APD, a título de aquisição da rede pela APD à PDONT, devia ser considerada a título de pagamento de uma indemnização à DST, em nome e por conta da PDONT. Assim, e com base neste entendimento, o valor de 1.925.500 euros foi reclassificado, em 2015, de ativo fixo tangível (rede) para empréstimos à PDONT e registada na conta 41.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| ativos intangíveis | marcas e licenças | projetos de desenvolvimento | total |
|--|-------------------|-----------------------------|-----------------|
| 1 de Janeiro de 2015 | | | |
| Custo | 13.219,68 | 100.954,29 | 114.173,97 |
| Amortização acumulada e imparidade | 10.863,49 | 100.954,29 | 111.817,78 |
| Valor Líquido | 2.356,19 | 0 | 2.356,19 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015 | 2.356,19 | 0 | 2.356,19 |
| Adições | 831,00 | 0 | 831,00 |
| Amortizações do exercício | 2.408,96 | 0 | 2.408,96 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015 | 778,23 | 0 | 778,23 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | |
| Custo | 14.050,68 | 100.954,29 | 115.004,97 |
| Amortização acumulada e imparidade | 13.272,45 | 100.954,29 | 114.226,74 |
| Valor Líquido | 778,23 | 0 | 778,23 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2014 | 4.377,02 | 0 | 4.377,02 |
| Adições | 1.274,25 | 0 | 1.274,25 |
| Amortização do exercício | 3.295,08 | 0 | 3.295,08 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014 | 2.356,19 | 0 | 2.356,19 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | |
| Custo | 13.219,68 | 100.954,29 | 114.173,97 |
| Amortização acumulada e imparidade | 10.863,49 | 100.954,29 | 111.817,78 |
| Valor Líquido | 2.356,19 | 0 | 2.356,19 |

7. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações, foi o seguinte:

| ativos fixos tangíveis | edifícios e outras construções | equipamento básico e de transporte | equipamento administrativo e biológico | outros ativos fixos tangíveis | total |
|--|--------------------------------|------------------------------------|--|-------------------------------|---------------------|
| 1 de Janeiro de 2015 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 343.177,81 | 7.702.686,37 | 72.074,44 | 5.976,51 | 8.123.915,13 |
| Depreciação acumulada | 292.305,99 | 4.829.645,82 | 70.135,25 | 5.770,09 | 5.197.857,15 |
| Valor Líquido | 50.871,82 | 2.873.040,55 | 1.939,19 | 206,42 | 2.926.057,98 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015 | 50.871,82 | 2.873.040,55 | 1.939,19 | 206,42 | 2.926.057,98 |
| Aquisições | 0,00 | 186.221,52 | 0,00 | 0,00 | 186.221,52 |
| Abates | | 1.925.500,00 | | | 1.925.500,00 |
| Depreciação do exercício | 32.640,12 | 282.989,80 | 772,92 | 103,23 | 316.506,07 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015 | 18.231,70 | 850.772,27 | 1.166,27 | 103,19 | 870.273,43 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 343.177,81 | 5.963.407,89 | 72.074,44 | 5.976,51 | 6.384.636,65 |
| Depreciação acumulada | 324.946,11 | 5.112.635,62 | 70.908,17 | 5.873,32 | 5.514.363,22 |
| Valor Líquido | 18.231,70 | 850.772,27 | 1.166,27 | 103,19 | 870.273,43 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2014 | 78.700,54 | 4.270.044,15 | 3.811,39 | 341,19 | 4.352.897,27 |
| Aquisições | 4811,56 | 1.979.245,62 | 0,00 | 0,00 | 1.984.057,18 |
| Abates | | 3.093.675 | | | 3.093.675 |
| Depreciação do exercício | 32.640,28 | 282.574,59 | 1.872,20 | 134,77 | 317.221,84 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014 | 50.871,82 | 5.966.715,18 | 1.939,19 | 206,42 | 6.019.732,61 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 343.177,81 | 7.702.686,37 | 72.074,44 | 5.976,51 | 8.123.915,13 |
| Depreciação acumulada | 292.305,99 | 4.829.645,82 | 70.135,25 | 5.770,09 | 5.197.857,15 |
| Valor Líquido | 50.871,82 | 2.873.040,55 | 1.939,19 | 206,42 | 2.926.057,98 |



Conforme descrito no ponto 5, no corrente exercício o valor de 1.925.500 euros foi reclassificado de ativos fixos tangíveis para empréstimos a subsidiárias.

Ativos fixos tangíveis em curso

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em curso, bem como as respetivas transferências para ativo fixo tangível, foi o seguinte:

| ativos fixos tangíveis em curso | edifícios e outras construções | equipamento básico e de transporte | equipamento administrativo e biológico | outros ativos fixos tangíveis | total |
|--|--------------------------------|------------------------------------|--|-------------------------------|------------------|
| 1 de Janeiro de 2015 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| Valor Líquido | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015 | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| Abates | | 16.884,00 | | | 16.884,00 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| Valor Líquido | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | | | |
| Valor líquido em 1 de Janeiro de 2014 | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| Valor líquido em 31 de Dezembro de 2014 | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| 31 de Dezembro de 2014 | | | | | |
| Valor de aquisição ou reavaliado | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |
| Valor Líquido | 0 | 16.884,00 | 0 | 0 | 16.884,00 |

8. Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2015 a Associação Porto Digital detém uma participação de 100,00% (50.000,00 €) na



sociedade PDONT, fundada em fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

Esta participação tem associada uma imparidade a 100% sobre o custo de aquisição e sobre o valor do empréstimo efetuado (cf. Nota 9).

A atividade da PDONT tem sido muito residual, pelo que será equacionada a possível liquidação da mesma no decurso de 2017.

9. Imparidades de Ativos

Em 31 de Dezembro de 2015, a Associação reconheceu nos resultados as seguintes perdas por imparidade:

| perdas por imparidade reconhecidas nos resultados | | Investimentos financeiros |
|---|----------|---------------------------|
| 2015 | Aumentos | 1.950.000,00 |
| Total | | 1.950.000,00 |

Foram reconhecidas duas perdas de imparidade em Investimentos Financeiros: uma sobre o valor de aquisição dos 49% da participação na sociedade PDONT, no valor de 24.500,00 euros, uma vez que a sociedade está sem atividade e a outra, no valor de 1.925.500,00 euros, referente ao empréstimo concedido pela Associação à PDONT, no âmbito do acordo extrajudicial alcançado com o grupo DST, SA (ver nota introdutória).

10. Rédito

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, apresenta a seguinte decomposição:

| rédito | 2015 | 2014 |
|-----------------------|------------|------------|
| Prestação de Serviços | 315.002,43 | 508.716,51 |

O montante de 315.002 euros, corresponde ao valor das Quotas dos Associados, no montante de 70.000 euros, e a serviços prestados, no montante de 245 mil euros.

11. Subsídios do Governo e apoios do governo

A rubrica «Subsídios no Fundo Patrimonial» regista um saldo credor de 44.029,54 €, que corresponde ao subsídio recebido para Investimento, na parte que ainda não se encontra amortizado. Este saldo irá esgotar-se à medida que forem sendo consideradas as respetivas amortizações. No corrente exercício foram contabilizadas, na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de Subsídios para Investimento, 218.965,37 €.

12. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de junho de 2017.

13. Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

14. Instrumentos financeiros

14.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar /Pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de «Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal» apresentava a seguinte decomposição:



| descrição | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-------------------|---------------------|
| ATIVO | | |
| Clientes | 66.523,29 | 143.187,37 |
| Outras Contas a Receber | 45.785,75 | 4.541.945,70 |
| Imparidade de Outras Contas a Receber | 0,00 | -4.355.582,56 |
| Total | 112.309,04 | 329.550,51 |
| PASSIVO | | |
| Fornecedores | 151.333,97 | 93.053,30 |
| Pessoal | 129.698,79 | 63.231,95 |
| Outras Contas a Pagar | 342.558,19 | 2.099.181,78 |
| Total | 623.590,95 | 2.255.467,03 |

Na sequência do acordo alcançado entre a Associação e a PDONT foi desreconhecido, no corrente exercício, o crédito sobre a PDONT e a respetiva perda por imparidade, no montante de 4.355.582,26 euros. O crédito considerado em 2010 expressa o alegado incumprimento contratual da PDONT no valor de 4.272.624,96 € (ver nota introdutória), a cedência de recursos humanos para levantamento e digitalização de informação relativa a processos de loteamento e serviços de helpdesk e a prestação de serviços de ligação à internet num total de 82.957,60 euros.

O valor de 2.099.181,78 euros, inclui o valor de 1.925.500 euros pagos à DST (cf. nota introdutória – acordos extrajudiciais).

Encontram-se por liquidar ao pessoal os salários do ano de 2015, no montante de 129.699 €. Esta situação será regularizada no decurso do ano de 2017 e no primeiro trimestre de 2018.

14.2 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» decompunha-se da seguinte forma:

| Estado e Outros Entes Públicos | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| ATIVO | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 34.500,00 | 0,00 |
| Total | 34.500,00 | 0,00 |
| PASSIVO | | |
| Retenção de impostos sobre os rendimentos | 72.543,95 | 22.854,93 |
| Trabalho dependente | 65.194,46 | 22.853,93 |
| Rendimentos prediais | 7.349,49 | 0,00 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 5.354,11 | 9.755,83 |
| Contribuições para a Segurança Social | 5.354,96 | 30.737,75 |
| Total | 83.253,02 | 63.348,51 |

Em 31 de dezembro de 2015, as retenções na fonte sobre remunerações do ano em curso e parte do ano anterior, no valor global de 65.194 euros, encontram-se reconhecidas contabilisticamente, mas ainda não foram declaradas nem pagas à Autoridade Tributária. No decurso de 2016, foram regularizadas as retenções relativas a 2014, no montante de 16.017,93 euros. O valor relativo ao ano de 2015, será regularizado no decurso de 2017, juntamente com os vencimentos em atraso (cf. nota 14.1)

As contribuições para a Segurança Social do ano de 2015, encontram-se reconhecidas contabilisticamente e foram declaradas e liquidadas à Segurança Social dentro dos respetivos prazos.

Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, uma vez que não foram colocados à disposição os vencimentos relativos a 2015

Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Artigo 208.º do Código Contributivo, o Órgão de Gestão informa que à data do relatório, a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

14.3 Diferimentos

Apresenta-se, na tabela seguinte, a rubrica «Diferimentos» a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

| diferimentos | 2015 | 2014 |
|---------------------------------|---------------|-----------------|
| ATIVO | | |
| Seguros liquidados | | 3.004,52 |
| Outros gastos a reconhecer | 407,48 | 409,60 |
| Gastos a reconhecer | 407,48 | 3.414,12 |
| PASSIVO | | |
| Outros rendimentos a reconhecer | | 2.279,59 |
| Rendimentos a reconhecer | 0,00 | 2.279,59 |

14.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de «Caixa e Depósitos Bancários» apresentava os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

| caixa e depósitos bancários | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| ATIVO | | |
| Caixa | 40,43 | 0,34 |
| Depósitos à ordem | 28.655,81 | 72.118,08 |
| Total | 28.696,24 | 72.118,42 |

14.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Financiamentos Obtidos» apresentava a seguinte composição:

| financiamentos obtidos | 2015 | 2014 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Empréstimos Bancários Correntes | 222.767,00 | 386.879,00 |
| Total | 222.767,00 | 386.879,00 |

O valor dos juros reconhecidos no período foi de 27.499,66 euros (2014: 30.667,28 euros).

14.6 Fundo Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Fundo Patrimonial» detalha-se conforme segue:

| fundo patrimonial | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Fundo realizado | 2.010.000,00 | 60.000,00 |
| Outras reservas | 15.696,27 | 15.696,27 |
| Resultados transitados | 303.715,91 | 237.459,60 |
| Outras variações no fundo patrimonial | 44.029,54 | 262.994,91 |
| Total | 2.373.441,72 | 576.150,78 |

No ano de 2015, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 2.010.000,00 euros.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito era a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto _____ 33,33%
- Universidade do Porto _____ 33,33%
- Metro do Porto, SA _____ 33,33%

Durante o ano de 2015, a quota da Associação Empresarial de Portugal, relativa a 25% do fundo, foi redistribuída, de forma igual, pelos restantes participantes da Associação, nos termos da ata n.º 25 da Assembleia geral de 29 de setembro de 2015.

A rubrica de «Resultados transitados» reflete as movimentações contabilísticas realizadas pela adoção do SNC e os resultados de exercícios anteriores.

14.7 Incumprimento em empréstimos obtidos

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do Balanço.

| Ano | Empréstimo | Incumprimento | | Quantia escriturada de empréstimos a pagar em incumprimento à data do Balanço |
|------|--------------|---------------|-------|---|
| | | Amortização | Juro | |
| 2014 | 386.879,00 € | 386.879,00 € | 6,00% | 386.879,00 € |
| 2015 | 222.767,00 € | 222.767,00 € | 6,00% | 222.767,00 € |

Retenção de ativos financeiros e de toda e qualquer entrada de dinheiro por parte da entidade bancária. À data de 31 de dezembro de 2015, o valor do incumprimento foi reduzido para 222.767,00 €. Esta situação foi regularizada em julho de 2016.

15. Benefício dos empregados

Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

| gastos com pessoal | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Descrição | | |
| Remunerações dos órgãos sociais | 0,00 | 0,00 |
| Remunerações do pessoal | 200.088,36 | 268.728,28 |
| Encargos sobre remunerações | 43.003,82 | 58.125,26 |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 0,00 | 3.654,11 |
| Gastos de acção social | 130,08 | 252,84 |
| Formação | 0,00 | 32,00 |
| Total | 243.222,26 | 330.792,49 |

16. Fornecimentos e serviços externos

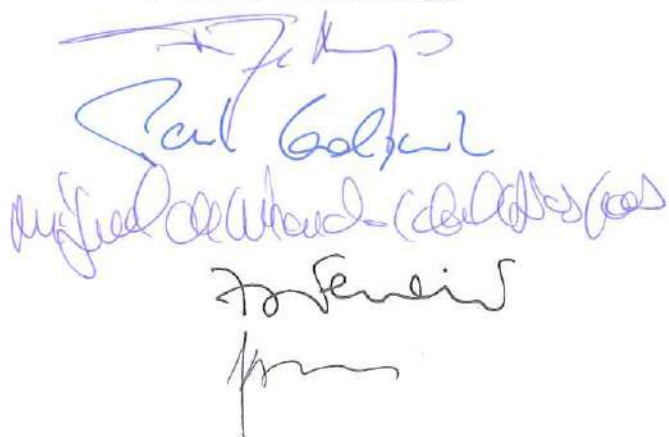
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:

| fornecimentos e serviços externos | 2015 | 2014 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Descrição | | |
| Trabalhos especializados | 214.630,98 | 142.381,43 |
| Vigilância e Segurança | 1.159,32 | 1.136,64 |
| Honorários | 960,00 | 29.743,60 |
| Conservação e reparação | 11.829,76 | 221,37 |
| Serviços bancários | 465,98 | 1.305,87 |
| Ferramentas e utensílios | 1.397,54 | 2.063,71 |
| Livros e documentação técnica | 192,86 | 842,00 |
| Material de escritório | | 177,66 |
| Energia e fluidos | 1.745,16 | 2.471,42 |
| Deslocações, estadas e transportes | 1.392,99 | 3.812,60 |
| Rendas e alugueres | 57.714,24 | 58.101,09 |
| Comunicação | 27.510,38 | 23.845,82 |
| Seguros | | 231,78 |
| Contencioso e Notariado | 15.385,19 | 5,00 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 1.080,71 | 2.546,97 |
| Outros serviços | 129,91 | 0,99 |
| Total | 335.595,02 | 268.887,95 |

Os honorários relativos à Certificação Legal das Contas referentes ao presente exercício foram de 6.600,00 euros.

Porto, 9 de junho de 2017

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS
DO EXERCÍCIO 2015

1. Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Fomos nomeados por deliberação da Assembleia Geral de 27 de janeiro de 2016, tendo acompanhado, desde essa data, a evolução da Associação na extensão que consideramos necessária nas circunstâncias, tendo sempre obtido, da Administração e Serviços, todos os esclarecimentos solicitados. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística, baseada nos documentos de suporte e não constatamos qualquer violação da lei ou dos estatutos.
3. Analisámos o relatório de gestão que mostra, sinteticamente, o que foi o exercício de 2015.
4. Verificámos igualmente que o balanço (que evidencia um total de 1 046 964,42 euros e um capital próprio de 117 353,45 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 256 088,27 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, o relatório de gestão e o anexo, foram elaborados de acordo com os normativos vigentes, exprimindo com clareza os critérios valorimétricos e princípios contabilísticos adotados.
5. A certificação legal das contas, que contém uma ênfase, considera-se parte integrante deste parecer.



6. Assim sendo, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório e contas nos termos em que o Conselho de Administração os apresenta, considerando o teor da certificação legal das contas em anexo;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados e
- c) Seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração e demais colaboradores pela dedicação e competência no desempenho das suas funções.

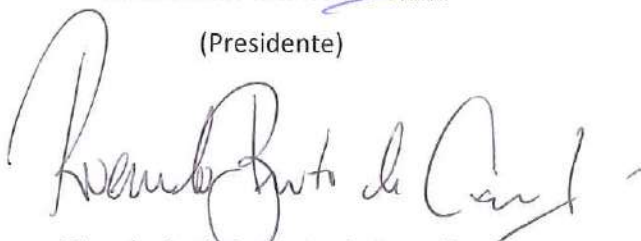
Porto, 7 de julho de 2017

O CONSELHO FISCAL



Rui Manuel Pinto Couto Viana

(Presidente)



Ricardo António Beato de Carvalho

(Vogal)



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

(Vogal e Revisora Oficial de Contas)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Associação Porto Digital (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1 046 964,42 euros e um total de capital próprio de 117 353,45 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 256 088,27 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Associação Porto Digital, em 31 de dezembro de 2015, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas está descrita na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Ênfase

Nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015 estão refletidos os acordos extra-judiciais naquele ano realizados correspondentes ao litígio com o Grupo DST e com a Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, S.A., descritos no Anexo nas Nota Introdutória e Nota 14.1.

A minha opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluí sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório

para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao Art.º 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 7 de julho de 2017

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Exma. Senhora
Dra. Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto
4150 – 484 Porto

Porto, 7 de julho de 2017

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida a pedido de V. Exa., no âmbito do exame às demonstrações financeiras de Associação Porto Digital (Associação), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, que evidenciam um ativo de 1 046 964 euros e um capital próprio de 117 353 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 256 088 euros, conducente à respetiva Certificação Legal das Contas.

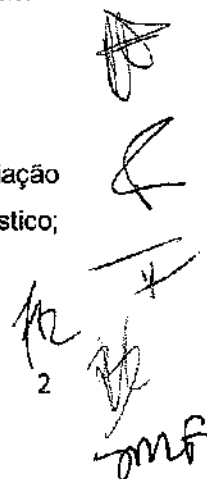
Reconhecemos que é da nossa responsabilidade:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Confirmamos, na medida do nosso melhor conhecimento e crer, à data desta carta, as seguintes informações que vos foram prestadas no decurso do vosso exame:

1. Todos os registos contabilísticos da Associação e respetiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos e a correspondência relevante foram colocados à vossa disposição nada vos tendo sido ocultado.

2. Todas as transações foram registadas e estão refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
3. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios cujas alterações na uniformidade de aplicação destes princípios, entre exercícios, se encontram adequadamente descritas no anexo às demonstrações financeiras, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.
4. As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes, nomeadamente em relação a ativos, passivos e transações ou eventos sujeitos a registo ou divulgação. Não existem erros, ainda que imateriais, que não tenham sido corrigidos nas demonstrações financeiras.
5. Confirmamos que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Associação em 31 de dezembro de 2015 é apropriado, não sendo necessárias divulgações adicionais sobre a capacidade da Associação em continuar as suas atividades para além das divulgações já incluídas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.
6. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
7. Foi-vos dado conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude e de toda a informação de que tomámos conhecimento relacionada com fraude ou com suspeitas de fraude. Adicionalmente, foram-vos comunicadas todas as situações de que tomámos conhecimento relacionadas com alegações ou suspeitas de fraude comunicadas por colaboradores atuais e antigos, analistas, reguladores ou outras entidades. Confirmamos não ter conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras.
8. Não temos conhecimento de se terem verificado:
 - a) Irregularidades envolvendo a administração, diretores ou colaboradores da Associação que desempenhem um papel importante nos sistemas de controlo interno e contabilístico;



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right, a signature below it, and initials 'MF' and '2' at the bottom right.

- b) Irregularidades envolvendo outros colaboradores que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras;
 - c) Comunicações de entidades oficiais ou para-oficiais relativamente ao não cumprimento, ou ao deficiente cumprimento, de disposições legais e regulamentares que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.
9. Não temos conhecimento de projetos ou intenções:
- a) que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - b) que possam pôr em causa a continuidade das operações da Associação e
 - c) de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, perdas de valor em ativos não correntes.
10. A informação que vos foi proporcionada e as correspondentes divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, relacionadas com a identificação das partes relacionadas e com as transações (incluindo garantias prestadas e recebidas) e saldos com estas entidades, é completa e rigorosa.
11. Os seguintes assuntos foram adequadamente registados ou evidenciados nas demonstrações financeiras e nos anexos:
- a) Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - b) Acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de fundos ou linhas de crédito ou acordos similares;
 - c) Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Associação;
 - d) Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - e) Todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, efetivas ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros (escritas ou verbais);

- f) Quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados e
 - g) Estimativas relevantes, incertezas e riscos significativos.
12. Foi-vos dado conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir os ativos às suas quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas e rigorosas. Assim, foram reconhecidas perdas por imparidade ou constituídas provisões adequadas para:
- a) reduzir os ativos, em particular as contas a receber e os investimentos financeiros aos seus valores líquidos estimados de realização e
 - b) perdas a serem incorridas no cumprimento de compromissos de vendas.
13. Foi-vos dado conhecimento de todos os pressupostos significativos utilizados no cálculo das estimativas materiais e/ou qualitativamente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, incluindo as relacionadas com mensurações pelo justo valor, sendo os mesmos razoáveis e coerentes entre si. Foram efetuadas, no anexo às demonstrações financeiras, todas as divulgações requeridas relacionadas com os mesmos e com as correspondentes estimativas.
14. Não existem violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Associação ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no anexo às mesmas;
15. Foi-vos dado conhecimento de todos os ativos e passivos contingentes materiais e os mesmos encontram-se adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.
16. A Administração e os Serviços prestam a necessária atenção ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, em conformidade com as respetivas disposições legais e regulamentares, designadamente a Lei 25/2008, de 5 de junho, e não tem conhecimento da existência de quaisquer factos ou indícios de factos que motivem preocupação especial relativamente a este assunto.

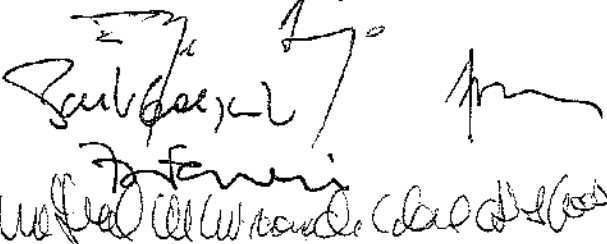
17. A Associação é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras.
18. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de ativos fixos tangíveis, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
19. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
20. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Associação, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.
21. Durante o exercício a Associação não registou "Despesas Confidenciais".
22. A Associação não registou e/ou pagou quaisquer montantes que se encontrem suportados por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Associação em 31 de dezembro de 2015.
23. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
24. Confirmamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade apenas recorreu aos serviços de apoio jurídico das sociedades SPCA, Sociedade de Advogados, R.L., e Lino Torgal & Associados, Sociedade de Advogados, R.L., e que, relativamente a aspetos de natureza jurídica, não antecipamos quaisquer responsabilidades não relevadas nas demonstrações financeiras.

25. A Associação, seus Administradores, membros dos restantes órgãos sociais e acionistas deram cumprimento a todas as disposições, exigidas legalmente ou pelos estatutos, relativas a todas as transações ou eventos ocorridos durante o exercício. Tais transações e eventos foram relevados adequadamente nas demonstrações financeiras, seus anexos e no relatório de gestão.
26. Não ocorreram quaisquer factos subsequentemente a 31 de dezembro de 2015, que requeiram registo ou divulgação no anexo às demonstrações financeiras.
27. Em conformidade com a auditoria das demonstrações financeiras da Associação Porto Digital em 31 de dezembro de 2015, informamos V. Exas. que colocámos à vossa disposição as atas respeitantes às seguintes reuniões:

| Descrição | Número | Data |
|---------------------------|---------|----------|
| Conselho de Administração | 1 a 4 | Ano 2015 |
| | 1 a 8 | Ano 2016 |
| | 9 e 10 | Ano 2017 |
| Assembleia Geral | 23 a 27 | Ano 2015 |
| | 28 e 29 | Ano 2016 |

Estas atas constituem um resumo completo de todos os assuntos tratados em todas as reuniões mantidas entre 1 de janeiro de 2015 e a data desta carta, dos órgãos sociais da Associação.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

